



APÊNDICE ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO:	
Nº do Processo:	11213/2024
Estudo Preliminar nº:	007/2024
Secretaria:	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Sector / Órgão:	Gerência da Proteção Social Especial
Objetivo:	Trata-se de estudos preliminares referentes à contratação de empresa para aquisição de materiais, em atendimento às necessidades das famílias de risco alto e risco muito alto do Plano de Contingência do Município, atingidas por situações de emergência e calamidade, provenientes de intempéries climáticas.
Equipe de Planejamento:	Gestora: Rosângela Caterina Cassano, Gerente de Proteção Social Especial, Mat. 199.059 Apoio Técnico Administrativo, segundo dados fornecidos pela Unidade Requisitante através do DFD: Caroline Guimarães Monteiro, matrícula 63.647 De acordo: Yuri Guimarães Felisberto Bezerra, Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Mat. 100.518
2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:	
<p>Fundamentação: Inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.</p> <p>No momento, não foi possível demonstrar tal previsão no Plano de Contratações Anual (PAC) desta Administração Pública Municipal uma vez que o mesmo precisa ser regulamentado pelo Município, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, que trata das normas gerais de licitação e contratação pública. Cabe dizer que o artigo 22 da referida lei estabelece que os entes federativos, incluindo os Municípios, devem instituir o seu Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações. Este sistema deve conter, entre outros elementos, o Plano de Contratações Anual (PAC). Vale destacar que o PAC é uma ferramenta essencial para o planejamento das contratações públicas ao longo do ano. Ele deve conter as estimativas de contratações de bens, serviços e obras, as modalidades de licitação a serem utilizadas, os valores envolvidos, o cronograma de realização das contratações, entre outras informações relevantes. Para que o PAC seja efetivamente adotado e aplicado no âmbito municipal, é necessário que o Município regulamente esse procedimento por meio de lei ou outro instrumento normativo adequado. Essa regulamentação deve estabelecer os procedimentos para a elaboração, aprovação, acompanhamento e execução do PAC. Portanto, esta Pasta aguarda tal regulamentação, incluindo a criação e regulamentação do Plano de Contratações Anual, para estabelecer o PAC anual desta Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. Essa medida contribui para uma gestão mais transparente, eficiente e alinhada com as normas e diretrizes nacionais de contratações públicas.</p>	
3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:	
<p>Fundamentação: (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.</p>	



Os trabalhos aqui desenvolvidos visam subsidiar futuro procedimento de contratação pública para aquisição de materiais, em atendimento às necessidades das famílias de risco alto e risco muito alto do Plano de Contingência do Município, atingidas por situações de emergência e calamidade, provenientes de intempéries climáticas, a ser processado na modalidade de pregão eletrônico, utilizando o critério de julgamento do menor preço unitário por item, nos termos da Lei 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

Contratação de empresa para aquisição de materiais, em atendimento às necessidades das famílias de risco alto e risco muito alto do Plano de Contingência do Município, atingidas por situações de emergência e calamidade, provenientes de intempéries climáticas, conforme descrito abaixo:

ITEM	CATMAT/CATSER	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE
1	299605	Água Sanitária / Composição química: Hipoclorito de Sódio, Hidróxido de Sódio, Cloreto Teor Cloro Ativo: Varia de 2 a 2,50% / Cor: Incolor / Aplicação: Lavagem e Alvejante de roupas, banheiras e pias / Embalagem 2L	UNIDADE	500
2	432428	Detergente Saneante / Aspecto Física: Líquido / Tipo: Ph Neutro / Composição: à base de tensoativo não iônico, glicerinado / Embalagem 500ml, no mínimo	UNIDADE	500
3	437161	Desinfetante / Composição: Água, Ingredientes ativos, Formol, Sabão, Óleo de Pinho, Solvente, Estabilizante, Sequestrante e Corante / Aspecto Físico: Solução Aquosa/ Embalagem 2L, no mínimo	UNIDADE	500
4	481020	Esponja Limpeza / Material: Espuma / Fibra / Formato: Retangular / Aplicação: Utensílios Domésticos / Características Adicionais: Dupla Face / Embalagem com 4 unidades, no mínimo	UNIDADE	2.000
5	610944	Pano Limpeza / Material: 100% Algodão / Comprimento: 60cm / Largura: 40cm / Características Adicionais: Com Alto Poder de Absorção / Aplicação: Limpeza Pesada	UNIDADE	500
6	316824	Luva Industrial / Material: Látex Natural / Revestimento Interno: Com Forro Interno Tipo	UNIDADE	500



		Flocado/ Acabamento Superficial: Com Palma da Mão Antiderrapante/ Modelo: Com separação de dedos / Tamanho: Médio		
7	405276	Solução de Limpeza Multiuso / Composição Básica: Concentrado Alcalino / Aspecto Físico: Líquido / Características Adicionais: Com Efeito Fungicida e Bactericida / Embalagem 2L, no mínimo	UNIDADE	500
8	444107	Conjunto De Banho / Uso: Adulto / Composição: 2 Sabonetes (90g), Xampu (400ml), Condicionador (400ml), Pente / Características: Hipoalergênico / Tipo Embalagem: Bolsa Plástica Com Zíper	UNIDADE	3.000
9	280591	Conjunto de Higiene Bucal / Uso: Infantil / Composição: Escova Dental Infantil, Dentifrício C/Fluor (90g)	UNIDADE	1.000
10	434987	Conjunto de Higiene Bucal / Uso: Adulto / Composição: Escova, Dentifrício (90g) E Fio Dental	UNIDADE	2.000
11	606421	Toalha de Banho / Material: 100% Algodão / Medidas: 150cm x 70cm / Gramatura: 380g/m² / Composição: 2 Toalhas Banho	UNIDADE	3.000
12	481321	Desodorante / Tipo: Roll On / Embalagem 50ml / Características: Hipoalergênico	UNIDADE	2.000
13	364307	Papel Higiênico / Material: Celulose Vegetal / Largura: 10cm / Cor: Extra Branco / Características Adicionais: Folha Dupla Sem Perfume / Pacote com 12 rolos	UNIDADE	3.000
14	425400	Jogo de Cama / Material: Percal 180 Fios, 100% Algodão Tipo: Solteiro / Componentes: 1 Lençol Tipo Virol, 1 Lençol Com Elástico, 1 Fronha / Cor: Branca / Características Adicionais: Personalizado Conforme Modelo	UNIDADE	1.000
15	603492	Jogo de Cama / Material: 100% Microfibras / Tipo: Casal / Componentes: Sobre Lençol, Lençol E Fronhas / Cor: Variada	UNIDADE	2.000



16	478500	Travesseiro / Material: Espuma Poliuretano / Revestimento: 100% Algodão / Comprimento: 60cm / Largura: 30cm / Cor: Branca / Características Adicionais: Antirrefluxo E Antialérgico	UNIDADE	3.000
17	612172	Cobertor / Tipo: Peleja / Material: Algodão e Fibras Sintéticas / Medidas Mínimas (C x L): 2,40m x 2,20m / Cor: Cinza / Características Adicionais: Dupla Face	UNIDADE	3.000
18	418506	Pano de Prato / Material: Algodão / Comprimento: 71cm / Largura: 48cm / Cor: Branca / Características Adicionais: Absorvente/Lavável e Durável	UNIDADE	1.500
19	613657	Rádio Transceptor / Tipo: Portátil / Potência Transmissão: 5W / Operação: 48 Canais / Acessórios: 2 Carregadores com 2 conectores Dual Micro-USB, 2x Baterias recarregáveis bivolt, 2x Clipes de cinto, 1x Manual de usuário, 2x rádios transceptores	UNIDADE	6
20	222691	Galocha / Material: Borracha / Tipo Cano: Médio / Cor: Preta com solado amarelo / Características Adicionais: Antiderrapante, Forrada, Impermeável / Sendo nos seguintes tamanhos: 5 unid. x nº 35; 10 unid. x nº 36; 10 unid. x nº 37; 5 unid. x nº 38; 5 unid. x nº 39; 5 unid. x nº 40; 5 unid. x nº 41; 5 unid. x nº 42; 5 unid. x nº 43; 5 unid. x nº 44	UNIDADE/ PARES	60
21	459461	Colchão Casal / Material: Espuma / Densidade: D-33 / Tamanho Altura X Largura X Comprimento: 30cm X 138cm X 188cm / Características Adicionais: Tecido Impermeável, Antialérgico E Lavável	UNIDADE	1.000
22	459467	Colchão Solteiro / Material: Espuma / Densidade: D-33 / Tamanho Altura X Largura X Comprimento:	UNIDADE	1.000



		20cm X 88cm X 188cm / Características Adicionais: Tecido Impermeável, Antialérgico E Lavável		
--	--	---	--	--

A contratação deverá observar, ainda, os seguintes requisitos:

• Da sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Como descrito neste Estudo Técnico Preliminar, a empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012, entre outras:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e,
- h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Com o propósito de contribuir com a implementação de políticas voltadas à utilização de meios que contribuam para amenizar a agressão ao meio ambiente e garanta sua preservação, e visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nas licitações promovidas pela Administração Pública, fica a Contratada vinculada aos critérios de sustentabilidade elencados nos incisos do art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPDG, quais sejam:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e,
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

• Da indicação de marcas ou modelos:

Segundo a requisição da unidade requisitante, na presente contratação, não será admitida a indicação de marcas, nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021.

• Da exigência de amostra:

Não será exigida a apresentação de amostra.

• Da exigência de carta de solidariedade:

Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:



Fundamentação: Inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Considerando o Programa “Apoio à prevenção e erradicação de riscos em assentamentos precários” do Plano Municipal de Redução de Riscos do Regea, realizado no ano de 2013, anexo ao DFD, mais especificamente, na tabela 10.8., a qual dispõe o número de moradias e moradores, discriminado por bairros, que encontravam-se à época em áreas de risco alto e risco muito alto (3.972).

Considerando as informações da Secretaria Municipal de Defesa Civil, através do Memorando nº 378/2024, anexo ao DFD, o Plano Municipal de Redução de Riscos do Regea de 2013 é o mais atualizado disponível para estudos e informações pertinentes.

As quantidades dos materiais foram estimadas com base na necessidade de atender 500 (quinhentas) famílias, e que em cada família tenha uma média de 6 (seis) pessoas, totalizando 3.000 (três mil) pessoas, durante o período de 30 (trinta) dias, duração esperada do Plano de Contingência (anexo), considerando-se o consumo médio per capita de cada produto.

Cabe dizer que o quantitativo dos itens aqui apresentados, são meramente estimativos, uma vez que é inviável prever ao certo quantas pessoas poderão necessitar de atendimento diante de uma situação adversa. Nesse sentido, para melhor entendimento, segue abaixo amostragem de dados da calamidade natural ocorrida em 2011, considerada a maior tragédia climática já registrada no Município:

Dados da Calamidade natural de 2011 na Região Serrana Fluminense:

Dia 11/01/2011 – 16:30h – Após 12 dias de chuvas ininterruptas encharcando o solo, ocorreu o desabamento de um prédio de três pavimentos na Rua São Roque (Olaria), com 09 óbitos.

Dia 12/01/2011 (Madrugada) - Seguiu-se um índice pluviométrico de 182,8 mm em 24 horas de chuva torrencial com intensa precipitação e descargas elétricas atmosféricas, dando origem ao 10º maior deslizamento do mundo (Fonte: ONU) e a maior catástrofe natural do País, com escorregamentos de terras combinado com a força das águas (velocidade das águas: 180 km/h).

Registrou-se: 1.030 eventos geológicos (deslizamentos de terra) na Região Serrana, atingindo 07 municípios, contando só em Nova Friburgo, 251 deslizamentos de encostas e 06 acidentes em cursos d’água.

Balanço parcial de vítimas em decorrência das chuvas na Região Serrana:

Ao todo, 72.355 pessoas foram afetadas diretamente pelas chuvas.

Óbitos = 918 (Região), sendo 442, legalmente confirmados, só em Nova Friburgo;

Desalojados = 4.528 (Região) – em Nova Friburgo 2.231;

Desabrigados = 3.796 (Região) – em Nova Friburgo 3.220;

Desaparecidos = 121 (Região) – em Nova Friburgo 19;

Nova Friburgo = 17 corpos sepultados ainda sem identificação; 425 vítimas formalmente identificadas.

Perda de Imóveis = 35.000;

Obs.: Segundo a Secretaria Nacional de Defesa Civil, a legislação define DESABRIGADO como aquele que perdeu a sua unidade de habitação e está em um abrigo público, já o DESALOJADO saiu de casa – não necessariamente perdeu – e não está em abrigo público. Está na casa de um parente ou coisa parecida (abrigo solidário).

É importante frisar que, por se tratar de famílias em situação de vulnerabilidade, o quantitativo pode variar de acordo com a situação socioeconômica dessas famílias. Sendo certo de que é o dever do Estado, conforme art. 1º da Lei nº 8.742, garantir esse atendimento:

Art. 1º. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109/2009), este atendimento está previsto como SERVIÇO DE PROTEÇÃO EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E DE EMERGÊNCIAS.

O Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências para Famílias e Indivíduos é realizado em parceria com a Defesa Civil, que promove o apoio e proteção à população atingida por situação de emergência e calamidade pública, assegurando a realização de articulações e a



participação em ações conjuntas de caráter intersetorial, para minimizar os danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas.

Público usuário:

Pessoas desabrigadas: que foram atingidas por situações de emergência e calamidade pública (incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, dentre outras) e tiveram perdas parciais ou totais de moradia, objetos ou utensílios pessoais, e se encontram temporária ou definitivamente desabrigados;

Pessoas desalojadas: que foram obrigadas a abandonar temporária ou definitivamente sua habitação, em função de evacuações preventivas ou determinação do Poder Judiciário, por motivos de destruição ou avaria grave, decorrentes de desastre, e que, não necessariamente necessita de abrigo ou alojamento provisório.

Serviços ofertados:

Acolhimento imediato em condições dignas e de segurança, observando as especificidades dos grupos étnicos, ciclos de vida, deficiências, dentre outras situações específicas;

Criação de alojamentos provisórios, quando necessário;

Identificação de perdas e redes de apoio para prover as necessidades detectadas;

Promoção e inserção na rede socioassistencial e o acesso a benefícios eventuais.

Resultados esperados:

Minimização de danos;

Proteção social a indivíduos e famílias;

Reconstrução das condições de vida familiar e comunitária.

Formas de acesso:

Ocorre via unidades de CRAS, CREAS, Serviço Especializado de Abordagem Social. A partir da solicitação e disponibilização de vaga a família/indivíduo é encaminhado para alojamentos provisórios.

Legislação relacionada:

- Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993: Lei Orgânica da Assistência Social;
- Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011: Altera a Lei nº 8.742/93;
- Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012: Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – Nob/Suas;
- Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006: Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – Nob-RH/Suas;
- Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009: Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Fundamentação: Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021.

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções:

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.

Inicialmente urge destacar que conforme Decreto 2.007, de 16 de fevereiro de 2023, a Pasta responsável pela realização da pesquisa de mercado é a Secretaria de Licitações e Planejamento, todavia, em cumprimento às orientações da Controladoria foi realizada pesquisa no PNCP (Portal Nacional de Compras Públicas) com o fito de averiguar contratações similares a presente contratação.

Urge consignar que os preços alcançados no PNCP são de contratações similares ao presente, no entanto, os quantitativos e especificações não são exatamente correspondente a presente contratação, portanto, não poderá ser considerado como preço balizador, devendo a Secretaria



responsável, conforme Decreto, acima citado, realizar a pesquisa de preços de mercado, para balizar, assim, futuro certame.

A pesquisa de mercado tem como base verificar quais parâmetros estão sendo cobrados pelo mercado, no âmbito público e/ou privado, com o objetivo de obter a contratação mais vantajosa para a Administração Pública, e ao mesmo tempo, eficaz na sua execução.

Nesse sentido, urge consignar nestes estudos preliminares a pesquisa de preços praticados e registrados em Atas de Registros de Preços de contratações similares bem como observamos, a contratação via licitação já pela nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, com o mesmo objeto, praticados no âmbito de órgãos e entidades da Administração Pública, conforme quadro demonstrativo abaixo:

ORÇAMENTOS/PREÇOS PRATICADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ÓRGÃO	OBJETO	VALOR ESTIMADO E VALOR HOMOLOGADO	MODALIDADE / FORMA DE CONTRATAÇÃO
MUNICÍPIO DE BOM PRINCÍPIO/RN	ÁGUA SANITÁRIA 2L	R\$ 6,20	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, I TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 90873787000199-1-000449/2024 FONTE: TECNOSWEB - TECNOLOGIA DE GESTÃO
MUNICÍPIO DE TEREZÓPOLIS DE GOIÁS/GO	ÁGUA SANITÁRIA 2LT	R\$ 10,59	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: SIM ID CONTRATAÇÃO PNCP: 36985455000150-1-000005/2024



			FONTE: BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - BNC
SÃO PAULO SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	DETERGENTE SANEANTE	R\$ 6,14	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: DISPENSA COM DISPUTA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 46377800000127-1-000293/2024 FONTE: COMPRAS.GOV.BR
MINISTÉRIO DA FAZENDA	DETERGENTE SANEANTE	R\$ 2,22	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: SIM ID CONTRATAÇÃO PNCP: 36985455000150-1-000005/2024 FONTE: BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - BNC
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA EUROPA/SP	DESINFETANTE	R\$ 7,11	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE



			<p>APLICA</p> <p>REGISTRO DE PREÇO: NÃO</p> <p>ID CONTRATAÇÃO PNCP: 50430388000139-1-000001/2024</p> <p>FONTE: FIORILLI SOFTWARE</p>
CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO/ES	DESINFETANTE 2L	R\$ 6,86	<p>MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA</p> <p>AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II</p> <p>TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA</p> <p>MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA</p> <p>REGISTRO DE PREÇO: NÃO</p> <p>ID CONTRATAÇÃO PNCP: 28403574000120-1-000037/2024</p> <p>FONTE: E & L PRODUÇÕES DE SOFTWARE LTDA</p>
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE EMBU DAS ARTES/SP	ESPONJA LIMPEZA DUPLA FACE	R\$ 1,85	<p>MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO</p> <p>AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I</p> <p>TIPO: EDITAL</p> <p>MODO DE DISPUTA: ABERTO</p> <p>REGISTRO DE PREÇO: NÃO</p> <p>ID CONTRATAÇÃO PNCP: 06097889000153-1-000010/2024</p> <p>FONTE: CECAM - CONSULTORIA ECONÔMICA, CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA MUNICIPAL</p>



CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU/SP	ESPONJA DE LIMPEZA DUPLA FACE	R\$ 1,05	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 01096235000191-1-000026/2024 FONTE: SMARAPD INFORMÁTICA LTDA
MUNICÍPIO DE NOVA BRÉSCIA/RS	PANO DE LIMPEZA	R\$ 12,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: SIM ID CONTRATAÇÃO PNCP: 88600655000141-1-000111/2024 FONTE: TECNOSWEB - TECNOLOGIA DE GESTÃO
MUNICÍPIO DE JABOTICABAL/SP	PANO PARA LIMPEZA	R\$ 7,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: INEXIGIBILIDADE AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 74, I TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA



			REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 50387844000105-1-000149/2024 FONTE: SMARAPD INFORMÁTICA LTDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO/RJ	LUVA INDUSTRIAL	R\$ 13,45	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: DISPENSA COM DISPUTA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 33663683000116-1-000178/2024 FONTE: COMPRAS.GOV.BR
COMANDO DA MARINHA	LUVA INDUSTRIAL	R\$ 44,98	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: DISPENSA COM DISPUTA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 00394502000144-1-002290/2024 FONTE: COMPRAS.GOV.BR
SÃO PAULO SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	SOLUÇÃO LIMPEZA MULTIUSO	R\$ 7,99	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II



			TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: DISPENSA COM DISPUTA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 96291141000180-1-000517/2024 FONTE: COMPRAS.GOV.BR
SÃO PAULO SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	SOLUÇÃO LIMPEZA MULTIUSO	R\$ 7,45	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: DISPENSA COM DISPUTA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 96291141000180-1-000556/2024 FONTE: COMPRAS.GOV.BR
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	CONJUNTO DE BANHO COMPOSIÇÃO: SABONETE, XAMPU, CONDICIONADOR, PENTE, FIO DENTAL, TIPO EMBALAGEM:BOLS A PLÁSTICA COM ZÍPER, USO: ADULTO	R\$ 81,95	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, VIII TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 27080530000143-1-000362/2024



			FONTE: COMPRAS.GOV.BR
ESTADO DE PERNAMBUCO	DENTIFRÍCIO APLICAÇÃO HIGIENE DENTAL, CAPACIDADE 50, COMPOSIÇÃO BÁSICA CREME DENTAL COM FLÚOR ATIVO (1000 PPM), SABOR TUTTI-FRUTTI, TIPO INFANTIL	R\$ 4,89	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, III, a TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA
	ESCOVA DENTAL APLICAÇÃO INFANTIL, FORMATO CABEÇA RETANGULAR, COM CANTOS ARREDONDADOS, MATERIAL CABO PLÁSTICO, MATERIAL CERDAS SINTÉTICO, TIPO CERDAS MACIA, MÍNIMO DE 4 FILEIRAS E 26 TUFOS	R\$ 4,32	REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 10571982000125-1-000054/2024 FONTE: COMPRAS.GOV.BR
MUNICÍPIO DE JACUPIRANGA	DENTIFRÍCIO DE 1ª QUALIDADE	R\$ 6,05	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO - ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO- FECHADO REGISTRO DE PREÇO: SIM ID CONTRATAÇÃO PNCP: 46582185000190-1-000034/2023 FONTE: BLL COMPRAS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO	CONJUNTO DE BANHO COMPOSIÇÃO ESCOVA, DENTIFRÍCIO E FIO DENTAL USO ADULTO	R\$ 59,80	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, VIII TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 42498600000171-1-00295/2024 FONTE: COMPRAS.GOV.BR
MUNICÍPIO DE SERTÃOZINHO	TOALHA PARA BANHO	R\$ 25,99	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO - ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 01612771000100-1-000016/2024 FONTE: BOLSA NACIONAL DE COMPRAS - BNC
MUNICÍPIO DE GUAIRAÇÁ	TOALHA DE BANHO	R\$ 39,93	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO - ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 1º, § 2º TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO



			ID CONTRATAÇÃO PNCP: 76238443000187-1-000039/2024 FONTE: EQUIPLANO SISTEMAS LTDA
MUNICÍPIO DE ITATIAIUÇU	DESODORANTE ROLL-ON UNISSEX ANTITRANSPIRANT E EM ROLL-ON USO ADULTO FRASCO DE 50 ML	R\$ 9,49	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 18691766000125-1-000007/2024 FONTE: BETHA SISTEMAS
MUNICÍPIO DE TAUBATÉ	DESODORANTE ANTITRANSPIRANT E ROLL-ON 50 A 55 ML	R\$ 7,88	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO - ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: SIM ID CONTRATAÇÃO PNCP: 45176005000108-1-000141/2024 FONTE: AZ INFORMÁTICA LTDA
MUNICÍPIO DE JACUPIRANGA	PAPEL HIGIÊNICO - FOLHA DUPLA - ACONDICIONADO EM PACOTES COM NO MÍNIMO 04 UNIDADES	R\$ 6,15	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO - ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO-



			FECHADO REGISTRO DE PREÇO: SIM ID CONTRATAÇÃO PNCP: 46582185000190-1-000034/2023 FONTE: BLL COMPRAS
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE DOM PEDRITO/RS	PAPEL HIGIÊNICO PACOTE COM 4 ROLOS DE 30M FOLHAS DUPLAS MEDIDAS C X A 30 METROS X 10CM COR BRANCO COMPOSIÇÃO FIBRAS DE 100 CELULOSE NATURAL EXTRATO NATURAL DE ALGODÃO E EXTRATO NATURAL DE ARGAN	R\$ 6,85	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: DISPENSA COM DISPUTA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 06183433000106-1-000012/2024 FONTE: GOVERNANÇABRASIL TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS
COMANDO DO EXÉRCITO	JOGO CAMA SOLTEIRO	R\$ 77,29	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: DISPENSA COM DISPUTA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 00394452000103-1-001799/2022 FONTE: COMPRAS.GOV.BR
	JOGO CAMA CASAL	R\$ 109,56	



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SÃO PAULO/SP	JOGO CAMA SOLTEIRO	R\$ 70,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA
			AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: DISPENSA COM DISPUTA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 60269453000140-1-000057/2023 FONTE: COMPRAS.GOV.BR
SÃO PAULO SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	TRAVESSEIRO	R\$ 16,59	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: DISPENSA COM DISPUTA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 96291141000180-1-000726/2024 FONTE: COMPRAS.GOV.BR
TRAMANDAI PREFEITURA	COBERTOR DE SOLTEIRO	R\$ 54,54	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO - ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: SIM



			ID CONTRATAÇÃO PNCP: 88770995000110-1-000014/2024 FONTE: PROCERGS - CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SP	COBERTOR	R\$ 30,24	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 45152139000199-1-000090/2024 FONTE: FIORILLI SOFTWARE
MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA/MG	PANO DE PRATO	R\$ 7,93	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: PREGÃO - ELETRÔNICO AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 28, I TIPO: EDITAL MODO DE DISPUTA: ABERTO REGISTRO DE PREÇO: SIM ID CONTRATAÇÃO PNCP: 17935370000113-1-000046/2024 FONTE: ACADEMIA DE GESTÃO PÚBLICA S.A.
CÂMARA MUNICIPAL DE CATALÃO/GO	PANO DE PRATO	R\$ 4,22	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II



			TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 00833942000150-1-000030/2024 FONTE: MEGASOFT INFORMÁTICA
COMANDO DA MARINHA	RÁDIO TRANSCPTOR PORTÁTIL POTÊNCIA 5W, MÍNIMO 16 CANAIS, MODULAÇÃO VHF HZ, ALCANCE MÁXIMO DE PELO MENOS 35.000M, FONTE DE ALIMENTAÇÃO, BATERIA RECARREGÁVEL	R\$ 180,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 00394502000144-1-012697/2023 FONTE: COMPRAS.GOV.BR
FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA	RÁDIO TRANSCPTOR PORTÁTIL TIPO WALK TALK, 14 CANAIS EM UHF	R\$ 119,50	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: DISPENSA COM DISPUTA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 05816630000152-1-000315/2024



			FONTE: BAHIA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
ESTADO DO AMAZONAS	GALOCHA CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ANTIDERRAPANTE COR PRETA MATERIAL BORRACHA TAMANHO MÉDIO TIPO CANO MÉDIO	R\$ 87,62	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 04312369000190-1-000060/2023 FONTE: COMPRAS.GOV.BR
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	GALOCHA	R\$ 73,98	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: DISPENSA COM DISPUTA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 37115375000700-1-000011/2023 FONTE: COMPRAS.GOV.BR
MUNICÍPIO DE ITARUMÃ/GO	COLCHÃO DE SOLTEIRO	R\$ 252,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA



			MODO DE DISPUTA: DISPENSA COM DISPUTA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 01067271000127-1-000042/2024 FONTE: CENTI - PRODUÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL/SC - FMAS	COLCHÃO DE SOLTEIRO	R\$ 250,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, VIII TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 12984303000175-1-000030/2023 FONTE: IPM SISTEMAS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL/SC - FMAS	COLCHÃO ADULTO CASAL	R\$ 367,00	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, VIII TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: NÃO ID CONTRATAÇÃO PNCP: 12984303000175-1-000030/2023 FONTE: IPM SISTEMAS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA	COLCHÃO DE CASAL EM ESPUMA D23 -	R\$ 405,27	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO: DISPENSA



SOCIAL DE MUNIZ FREIRE/ES	TAMANHO 1,38M X 1,88M		AMPARO LEGAL: LEI 14.133/2021, ART. 75, II TIPO: ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA MODO DE DISPUTA: NÃO SE APLICA REGISTRO DE PREÇO: SIM ID CONTRATAÇÃO PNCP: 14805351000184-1-000003/2024 FONTE: E & L PRODUÇÕES DE SOFTWARE LTDA
------------------------------	--------------------------	--	--

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

Fundamentação: Inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21.

Como já pontuado acima, conforme Decreto nº 2.007, de 16 de fevereiro de 2023, a Pasta responsável pela realização da pesquisa de mercado é a Secretaria de Licitações e Planejamento, todavia, em cumprimento às orientações da Controladoria Geral do Município, foi realizada pesquisa com o fito de averiguar contratações similares à presente contratação, conforme demonstrativos anexos acima, alcançados via Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP. Com base nessa pesquisa, foi apurada a seguinte média de valores / valores estimados:

ITEM 1 - ÁGUA SANITÁRIA: R\$ 8,39 x 500 = R\$ 4.195,00

ITEM 2 - DETERGENTE: R\$ 4,18 x 500 = R\$ 2.090,00

ITEM 3 - DESINFETANTE: R\$ 6,98 x 500 = R\$ 3.490,00

ITEM 4 - ESPONJA DE LIMPEZA: R\$ 1,45 x 2.000 = R\$ 2.900,00

ITEM 5 - PANO DE LIMPEZA: R\$ 9,50 x 500 = R\$ 4.750,00

ITEM 6 - LUVA: R\$ 29,21 x 500 = R\$ 14.605,00

ITEM 7 - SOLUÇÃO DE LIMPEZA MULTIUSO: R\$ 7,72 x 500 = R\$ 3.860,00

ITEM 8 - CONJUNTO DE BANHO: R\$ 81,95 x 3.000 = R\$ 245.850,00

ITEM 9 - CONJUNTO DE HIGIENE BUCAL INFANTIL: R\$ 11,71 x 1.000 = R\$ 11.710,00

ITEM 10 - CONJUNTO DE HIGIENE BUCAL ADULTO: R\$ 59,80 x 2.000 = R\$ 119.600,00

ITEM 11 - TOALHA DE BANHO: R\$ 32,96 x 3.000 = R\$ 98.880,00

ITEM 12 - DESODORANTE: R\$ 8,68 x 2.000 = R\$ 17.360,00

ITEM 13 - PAPEL HIGIÊNICO: R\$ 6,50 x 3.000 = R\$ 19.500,00

ITEM 14 - JOGO DE CAMA SOLTEIRO: R\$ 73,64 x 1.000 = R\$ 73.640,00

ITEM 15 - JOGO DE CAMA CASAL: R\$ 117,22 x 2.000 = R\$ 234.440,00

ITEM 16 - TRAVESSEIRO: R\$ 60,11 x 3.000 = R\$ 180.330,00

ITEM 17 - COBERTOR: R\$ 42,39 x 3.000 = R\$ 127.170,00

ITEM 18 - PANO DE PRATO: R\$ 6,07 x 1.500 = R\$ 9.105,00



ITEM 19 - RÁDIO TRANSEPTOR: R\$ 149,75 x 6 = R\$ 898,50

ITEM 20 - GALOCHA: R\$ 80,80 x 60 = R\$ 4.848,00

ITEM 21 - COLCHÃO CASAL: R\$ 386,13 x 1.000 = R\$ 386.130,00

ITEM 22 - COLCHÃO SOLTEIRO: R\$ 251,00 x 1.000 = R\$ 251.000,00

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.816.351,50

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Fundamentação: Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

O pregão eletrônico é uma modalidade de licitação utilizada para a aquisição de bens e serviços comuns, caracterizada pela disputa entre os participantes por meio de lances em sessão pública via internet.

O Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme art. 3º, inciso V, do Decreto Federal nº 11.462/2023, é um procedimento utilizado pela Administração Pública para realizar a aquisição de bens e serviços de forma contínua, conforme a necessidade, durante um período específico. Esse sistema permite registrar preços e fornecedores por meio de um processo licitatório, facilitando a gestão de compras e a administração dos recursos públicos.

O critério de menor preço unitário por item em um processo licitatório refere-se à avaliação e seleção das propostas com base no menor preço oferecido para cada item individualmente, em vez de considerar o preço total de um conjunto de itens (lote). Este método é frequentemente utilizado em licitações que envolvem a aquisição de vários tipos de produtos, onde a Administração Pública quer garantir que cada produto seja adquirido pelo menor custo possível.

Diante do objetivo a ser alcançado, que trata-se da contratação de empresa especializada para aquisição de materiais, em atendimento às necessidades das famílias de risco alto e risco muito alto do Plano de Contingência do Município, atingidas por situações de emergência e calamidade, provenientes e intempéries climáticas, sob demanda, a utilização do pregão eletrônico, através do sistema de registro de preços, por meio do critério de julgamento do menor preço unitário por item, justifica-se conforme os seguintes apontamentos:

- **Rapidez e Eficiência:** O pregão eletrônico é mais rápido e eficiente do que outras modalidades de licitação, permitindo a contratação mais ágil de fornecedores. Isso é crucial em situações de calamidade pública, onde a rapidez na resposta é essencial.

O pregão eletrônico reduz a burocracia e facilita a condução do processo licitatório, permitindo que os materiais necessários sejam adquiridos mais rapidamente.

- **Transparência e Competitividade:** A modalidade eletrônica amplia a participação de fornecedores, já que as propostas podem ser enviadas de qualquer local, promovendo maior competitividade.

A realização do pregão em plataforma digital garante maior transparência, com todas as etapas do processo sendo documentadas e acessíveis para auditoria.

- **Sistema de Registro de Preços (SRP):** O SRP permite que a Administração Pública registre preços para futuras aquisições, possibilitando compras em grandes quantidades e aproveitando economias de escala.

Permite a aquisição contínua de materiais conforme a necessidade, sem a necessidade de novas licitações, garantindo a disponibilidade constante de recursos durante o período de calamidade.

Facilita o planejamento e a gestão dos estoques, evitando desperdícios e garantindo que os materiais sejam adquiridos de acordo com a demanda real.

- **Menor Preço Unitário por Item:** Avaliar o menor preço unitário por item permite uma comparação mais precisa e detalhada das propostas, assegurando que cada item seja adquirido pelo menor custo possível.

Garante a otimização dos recursos públicos ao selecionar as propostas mais vantajosas para cada item específico, evitando custos desnecessários.



A Administração Pública pode definir especificações técnicas claras para cada item, assegurando que os produtos adquiridos atendam aos requisitos de qualidade e funcionalidade.

- **Flexibilidade na Aquisição:** Permite ajustar a aquisição de materiais conforme a evolução da situação de calamidade, adquirindo exatamente o que é necessário em cada momento.

A compra por item possibilita a participação de um maior número de fornecedores, incluindo pequenos e médios, promovendo a diversificação e reduzindo o risco de dependência de um único fornecedor.

Sendo assim, a solução foi analisada, pormenorizada nas pesquisas de mercado e de preços realizadas, levando-se em conta os aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização, e a solução disponível no mercado mais adequada se encontra na modalidade de pregão eletrônico, através do sistema de registro de preços, utilizando o critério de julgamento do menor preço unitário por item, em cumprimento ao dispositivo constitucional constante no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Fundamentação: Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

O parcelamento da solução refere-se à licitação realizada por item, sempre que o objeto for divisível, não haja prejuízo da solução, permita ampla participação de licitantes. A solução deve ser parcelada quando a resposta a todas as perguntas a seguir for positiva:

1. É tecnicamente viável dividir a solução? SIM
2. É economicamente viável dividir a solução? SIM
3. Não há perda de escala ao dividir a solução? SIM
4. Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução? SIM

Considerando a necessidade de aquisição de materiais, em atendimento às necessidades das famílias de risco alto e risco muito alto do Plano de Contingência do Município, atingidas por situações de emergência e calamidade, provenientes e intempéries climáticas, e após análise detalhada das vantagens e desvantagens do parcelamento da licitação por itens, a Administração decidiu pela realização de um processo licitatório adotando o parcelamento, baseado nas seguintes justificativas:

- **Rapidez no Atendimento às Necessidades Emergenciais:** Parcelar a licitação permite que os primeiros materiais sejam entregues rapidamente, atendendo imediatamente às necessidades mais urgentes.

Facilita a distribuição contínua dos materiais, evitando atrasos e garantindo que a ajuda chegue rapidamente às áreas mais afetadas.

- **Capacidade dos Fornecedores:** Permite a participação de um maior número de fornecedores, que podem não ter capacidade para fornecer a totalidade dos materiais de uma só vez.

Com mais fornecedores participando, a competição aumenta, o que pode resultar em melhores preços e condições.

- **Gestão e Logística:** Parcelar a entrega facilita a gestão de estoques e a logística de distribuição, reduzindo a necessidade de grandes espaços de armazenamento e otimizando a distribuição dos materiais.

Adquirir materiais conforme a necessidade pode reduzir o desperdício, evitando a compra de quantidades excessivas que possam se deteriorar ou tornar-se obsoletas.

- **Economicidade:** Permite que a Administração Pública faça aquisições conforme a disponibilidade de recursos financeiros, possibilitando um melhor planejamento orçamentário.

Compras realizadas em diferentes momentos podem aproveitar condições de mercado mais favoráveis, resultando em economia.

- **Flexibilidade e Adaptação às Necessidades:** Em situações de calamidade, as necessidades podem mudar rapidamente. O parcelamento permite ajustes na quantidade e tipo de materiais adquiridos conforme a evolução da situação.

Garante que novos materiais possam ser adquiridos conforme necessário, mantendo um fluxo constante de suprimentos.



- **Transparência e Controle:** Parcelar a licitação possibilita um maior controle sobre cada etapa do processo, facilitando a fiscalização e auditoria das entregas e dos fornecedores.

Promove a transparência ao permitir uma avaliação contínua da performance dos fornecedores, ajustando conforme necessário para garantir a qualidade e a eficiência.

Dessa forma, a decisão pelo parcelamento em licitações de materiais em situações de calamidade pública pode contribuir significativamente para uma resposta mais eficaz e eficiente em situações de emergência. É uma estratégia que oferece várias vantagens, incluindo rapidez no atendimento, maior capacidade de fornecedores, melhor gestão logística, economicidade, flexibilidade e maior controle e transparência no processo.

Ademais, em conformidade com o artigo 40, inciso V, alínea b c/c artigo 47 II, do princípio do parcelamento, a contratação será por item, entendendo que é tecnicamente viável e economicamente vantajoso para administração, não acarretando prejuízo ao conjunto do objeto. Isto porque o parcelamento do objeto, quando viável, garante isonomia e ampliação da competitividade do certame, que são princípios gerais do Micro Sistema das Licitações e Contratações, nos termos da **Súmula 247 do TCU "É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das Licitações para contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, ou perda da economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidade autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade"**.

10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:

Fundamentação: Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

A Contratação aqui pretendida tem por finalidade garantir o atendimento imediato das demandas apresentadas pela população, para tanto se faz necessário o planejamento de ações e sua implementação pela Política Pública de Assistência Social, como medida prioritária no atendimento a estas famílias e indivíduos. A história recente demonstra que o planejamento prévio é fundamental, uma vez que, nem sempre é possível prever eventos que resultem em situações de calamidade e emergência, a exemplo do que vem ocorrendo nos últimos anos, a nível global: eventos climáticos, pandemia, crises econômicas, entre outros.

Assim, a referida contratação demonstra-se mais adequada, na forma apresentada, na modalidade de pregão eletrônico, através do sistema de registro de preços, utilizando o critério de julgamento do menor preço unitário por item.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Fundamentação: Inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Consoante a nova legislação vigente, deverá ser considerado a necessidade de capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização da execução do objeto contratado, devendo ser realizado pelo Fiscal do contrato com a supervisão do Gestor, o controle efetivo do consumo da ata, informando frequentemente à Gestão sobre os saldos de atas. Este aprimoramento por parte dos servidores Fiscais do contrato é imprescindível para a melhoria do controle das contratações.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Fundamentação: Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes para esta contratação.



13. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Fundamentação: Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Não se fez observar a existência de possíveis impactos ambientais, razão pela qual este item não será considerado no planejamento, no entanto, a empresa contratada deverá prezar pela promoção do desenvolvimento nacional sustentável, adotar os critérios e práticas de sustentabilidade, em especial os estabelecidos no art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012, entre outras:

- a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais;
- g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e,
- h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Com o propósito de contribuir com a implementação de políticas voltadas à utilização de meios que contribuam para amenizar a agressão ao meio ambiente e garanta sua preservação, e visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nas licitações promovidas pela Administração Pública, fica a Contratada vinculada aos critérios de sustentabilidade elencados nos incisos do art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPDG, quais sejam:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e,
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

Fundamentação: Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

Diante de toda a análise desenvolvida no presente instrumento, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, consoante artigo 7º, inciso XIII da IN SEGES/ME Nº 40, de 22 de maio de 2020, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

A aquisição dos produtos objeto do presente planejamento não se enquadra nos pressupostos para a decretação de sigilo, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Desta forma, declaramos a viabilidade da contratação, com base no estudo realizado, uma vez que é viável, necessária e adequada a presente Pasta e ao referido equipamento requisitante.

15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO:



Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Gestora:	Elaboradora segundo dados fornecidos pela Unidade Requisitante através do DFD / Apoio Técnico Administrativo:
<hr/> Rosângela Caterina Cassano Gerente de Proteção Social Especial Mat. 199.059	<hr/> Caroline Guimarães Monteiro Assessora Nível Intermediário Mat. 63.647

Nova Friburgo/RJ, 03 de abril de 2025.

De acordo:

Yuri Guimarães Felisberto Bezerra
Secretário de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos
Mat. 100.518